

Maciel prepara frente nacional

Centrão quer nova ordem econômica

RECIFE
AGÊNCIA ESTADO

O senador Marco Maciel, ex-chefe da Casa Civil e presidente nacional do PFL, disse ontem que está disposto a procurar todos os partidos, e a se incluir o PDT do ex-governador Leonel Brizola, para conversar sobre a formação de uma frente presidencialista, "que é uma das condições que o ministro Aureliano Chaves acha necessária para concorrer como candidato à Presidência da República". Em entrevista exclusiva a *O Estado*, Maciel manifestou-se preocupado com a possibilidade de que a "síndrome do mosquito" (na eleição de prefeito de Vila Velha, no Espírito Santo, na semana passada, um mosquito teve mais votos do que os candidatos inscritos) ou o caso antigo do "Cacareco" de São Paulo se generalizem nas próximas eleições.

Maciel é de opinião também de que o PMDB, que, segundo ele, detém 80% dos cargos federais, deve indicar o sucessor do ministro Bresser Pereira, na Fazenda. "É direito do partido e o PFL não deseja o cargo. Somente se o presidente José Sarney achar por bem escolher um nome, ou manter Mafson da Nóbrega, é que o partido de Ulysses ficará descansado da tarefa", disse o senador pernambucano.

ARRAES

"Pensando muito sobre o País." Assim Maciel passa a temporada de Natal e Ano Novo no Recife, com os familiares e correligionários. Ontem, no escritório do seu apartamento na avenida Boa Viagem, ele destacou a sua preocupação com a transição democrática, pois o Brasil, segundo ele, sempre se deu mal — desde 1822 — com essa história. A candidatura de Aureliano Chaves, a qual o senador se declara "vinculadíssimo", os contatos com Leonel Brizola e os "disparates" do ministro Antônio Carlos Magalhães, a aproximação de Arraes com o governo Sarney e a "indecisão" do PMDB são outros assuntos comentados por Maciel.

"Eu desconheço fatos novos no relacionamento entre o presidente Sarney e o governo Miguel Arraes, sei todavia que Sarney, de alguma forma, tem repassado recursos para



"Não podemos deixar que fenômenos eleitorais como o de um tal de bode mal-cheiroso conclamado nas urnas de Jabotão na década de 50 se generalizem"

Pernambuco e, em contapartida, é notório que Arraes não rompeu com Sarney." Desta maneira, o senador do PFL explica as especulações que dizem que, com a sua saída da Casa Civil, começou haver um maior entendimento entre o Palácio do Planalto e o governador Miguel Arraes, já que as suas divergências e inimizades no plano estadual com o PMDB sempre "atrapalhavam o bom andamento das coisas".

Marco Maciel não acredita que tenha sido a entrada de Ronaldo Costa Couto no seu lugar que retomou, de certa forma, a ponte Sarney-Arraes. Compreende que "sempre houve um bom relacionamento no sentido administrativo" e nas questões políticas o fato de Arraes manter um "discreto distanciamento", não quer dizer que não queira conversar com o presidente, "pois nunca houve hostilidade".

O senador diz que a posição de Arraes "é, até certo ponto, correta, pois é assim que se conduz a transição sem comprometê-la". Entende que é chegada a hora de concluir "a mais longa transição brasileira e não serem criadas mais brigas, pois só atrapalham".

A reta final da transição é a maior preocupação de Maciel. Dificilmente responde a uma pergunta, seja política ou econômica, sem ilustrar com este detalhe. "Já é tradição conseguirmos encaminhar muito bem as transições, porém, não sabe-

mos concluí-las. Basta olharmos desde 1822 a transição para a República e ainda o pós-30. São exemplos em que as coisas andam, todavia, só pessimamente acabadas. Agora é hora de mostrar que sabemos fazer transição".

PMDB É GOVERNO. E MUITO

Marco Maciel não acredita que o PMDB vá romper com o governo Sarney, depois da gota d'água que foi a queda do ministro da Fazenda Bresser Pereira. "O partido participa decisivamente de todas as decisões do governo. O segmento que deseja afastar-se do governo é relativamente pequeno e as posturas são meramente retóricas. E só discurso, não existe ação", critica. E indaga, com riso irônico: "Como romper se o PMDB ocupa — sem exagero — no mínimo 80% dos cargos deste governo?" Ele completa mostrando que cargos como os da área econômica não podem ser desprezados.

CONFLUÊNCIAS COM BRIZOLA

O senador afirma que os comentários de que seus contatos com o ex-governador Brizola têm "objetivos eleitorais", não procedem. "Nossas conversas são pautadas no plano institucional, onde temos alguns pontos confluente, como a questão do presidencialismo, por exemplo. E não é qualquer presidencialismo não, é um novo regime, caracterizado pelo

equilíbrio de poderes. E se eu pudesse usar uma palavra para definir este presidencialismo, mas esta palavra não existe, seria 'equipoderância' de poderes. Não é este regime imperial em que o presidente detém a máquina e em que o Executivo é hegemônico", esclarece Maciel.

O presidente do PFL garante que os entendimentos acabam por aí, não há mais nenhum vínculo entre ele e Brizola. "O que se tem escrito nos jornais é mera especulação", resume. E confessa que o ministro Antônio Carlos Magalhães se tem aproveitado "das matérias em que se fala sobre entendimentos de natureza eleitoral" para criticá-lo, como o fez declarando que Maciel estava atrapalhando a candidatura do ministro Aureliano Chaves.

Já em relação ao empresário Antônio Ermirio de Moraes, ele diz que é "um grande nome, que tem dado enorme contribuição ao País". Porém, não sabe se ele é mesmo candidato a candidato. "As manifestações que ouvi são próprias de quem ainda não se decidiu a este respeito". Maciel reafirma que, por acreditar que seja aprovada a tese de eleições em dois turnos, "não podemos dispersar forças, sob o risco de nem chegarmos no segundo turno. Quem sabe não fazemos uma coligação com o próprio Antônio Ermirio?"

O senador acha urgente a mudança de discurso e atitudes dos políticos. "Precisamos até interpartidarmente cuidar disso", avisa. "Não podemos deixar que fenômenos eleitorais como o de um tal 'bode cheiroso', conclamado nas urnas de Jabotão (região metropolitana do Recife) na década de 50 ou como o exemplo do rinoceronte 'Cacareco', de São Paulo, e agora do mosquito de Vila Velha venham a se generalizar. É um perigo".

Para 1988, ele faz previsões no estilo do que já disse o ministro Ronaldo Costa Couto: "O Brasil nem viverá céu nem inferno". Mas ficará eternamente no purgatório não é pensamento de Marco Maciel. Por isso, ele aconselha a renegociação com mais pressa e talento da dívida externa e que "o povo e os políticos optem pela democracia, estamos há 50 anos entre o autoritarismo e o populismo, e isso tem que acabar logo".

"Quando converso com Brizola, estou fazendo florescer uma frente presidencialista, condição para que Aureliano concorra"

"Só se o presidente Sarney achar por bem escolher um nome é que o PMDB de Ulysses ficará desobrigado de indicar o ministro"

"Não estou para brincadeiras"

ASSIS ANGELO

O ministro Almir Pazzianotto, 51 anos, casado, três filhos, é mesmo candidato à sucessão do prefeito Jânio Quadros. "Não estou para brincadeiras", ele garantiu ontem, à tarde, em entrevista exclusiva a *O Estado*, acrescentando: "Com esse tipo de coisa não se brinca. Sim, sou candidato para valer, para ganhar".

Na prática, o ministro do Trabalho já está em plena campanha: anda pelas ruas a pé, cumprimenta as pessoas, visita amigos de amigos, etc. É político em potencial, sem dúvida. Ele tem acompanhado até, e com muita frequência, as emissoras de rádio e televisão e participado dos mais diversos programas, incluindo os de Chacrinha e Hebe Camargo. Há duas semanas Pazzianotto chegou a cantar em público, no programa de Omar Santos (TV Manchete). Explicação:

"Não podemos ignorar o gosto popular. Podemos manter a coerência e a seriedade no trabalho e junto ao povo, sem perder nossas origens. Sou uma pessoa ligada ao povo, ao trabalhador. As minhas raízes são, eminentemente populares. Não sou produto da elite, não sou acadêmico. Ninguém pode me censurar por isso. Eu sou franco, sou trabalhador. E sou candidato a sucessão do prefeito Jânio Quadros, por uma razão: para fazer uma boa administração. Eu sou grato a São Paulo. Foi nessa cidade que comeci a minha carreira de advogado, em 1960." O ministro Almir Pazzianotto lembra que, em campanha ou não, jamais descambou para a demagogia e o populismo. "Eu tenho tido seriedade, responsabilidade; cumpro minhas obrigações. Aliás, eu não posso renegar as minhas origens, estou certo?"

"Quero ser prefeito para fazer uma boa administração. Sou grato a São Paulo, nela comeci minha carreira de advogado"



Pazzianotto, cultivando o "gosto popular"

"Está difícil fazer a transição política e mais ainda a econômica. Com mandato de cinco anos, Sarney vai conseguir apenas preparar terreno para a transição econômica."

Mesmo decidido a concorrer ao cargo de prefeito da principal e mais rica cidade do País, é certo que o atual ministro do Trabalho vai encontrar — já está encontrando — sérias dificuldades, como dinheiro para campanha e uma legião para se apoiar politicamente. Fora isso, há ainda a possibilidade de o presidente José Sarney escalá-lo para permanecer na equipe até o fim do seu governo. O seu relacionamento com Sarney tem sido ótimo. Cinco anos? "Essa é um tempo razoável para o presidente conseguir pelo menos preparar o terreno para a transição econômica", diz o ministro. "Um presidencialista histórico", lembrando que a transição política está muito difícil.

O ministro do Trabalho não tem fechado os olhos para problemas do País. Reconhece que o povo não está numa situação boa e que os partidos políticos, principalmente do PMDB, estão vivendo de fato uma crise de identidade. "O PMDB está angustiado, sofrendo muito. O partido, aliás, nunca foi um partido. O PMDB, como se sabe, surgiu como frente e como tal ainda hoje se debate no governo federal em busca de uma identidade. Isso é sabido.

O PMDB hoje representa vários partidos. O PMDB está confuso e em crise, é notório.

Depois de lembrar que as pessoas o definem politicamente como de "centro-esquerda", o ministro Almir Pazzianotto contou que está aguardando, com ansiedade, a chegada dos Estados Unidos do multipresidente Ulysses Guimarães. "Quero conversar umas coisas com ele. Eu não poderia deixar o PMDB sem falar com o dr. Ulysses", Pazzianotto prevê que "1988 será um ano de grandes decisões pessoais e coletivas". Ele disse "Eu sou tão histórico no PMDB quanto os outros. Tenho plena certeza de que dei grandes contribuições a esse partido".

Alinda falando sobre o PMDB "Eu não estou decidido a deixar o partido", frisou, o ministro do Trabalho reconhece que o partido cresceu muito, inchou, e que sofreu graves consequências com o advento do Plano Cruzado. Hoje, segundo ele, "o partido não é suficientemente grande e forte para abrigar todos os candidatos a candidato a alguma coisa. Pode parecer um paradoxo, mas é a verdade. O PMDB está carente de unidade e se isso não vier logo o partido

corre o risco de sofrer uma fratura maior".

Evitando fazer críticas ao desempenho e conseqüente demissão do professor Bresser Pereira do Ministério da Fazenda, Almir Pazzianotto afirmou apenas que "a política do governo, na área social, é uma política séria, uma política que não quer recessão, que não quer desemprego e que não quer perda de poder aquisitivo de salários, embora muitas vezes tenha de admitir que há expansão da economia e que existem nuvens de desemprego possibilitando a ocorrência de uma onda de falta de trabalho para muita gente em todo o País".

"Eu tenho certeza de estar fazendo um bom trabalho. Trabalho a que desejo dar continuidade na Prefeitura de São Paulo", diz, lembrando que nasceu em Capivari e que desembarcou na capital paulista em 1960. "Cheguei a São Paulo sem emprego, sem nada, apenas com um diploma de advogado." Diz ainda que é por isso que tem muito carinho por São Paulo, uma gratidão enorme. "Sim, é por isso que quero ser prefeito".

CONSTITUINTE

Constituinte? Almir Pazzianotto afirma não estar, como muita gente, decepcionado com o desempenho dos constituintes. "Eu já esperava por isso", diz. "Os constituintes começaram a trabalhar sem ter em mãos um projeto, uma base. A Constituinte começou pelo caminho inverso, começou pelas emendas, por isso não poderia dar certo. Falou um projeto. Tentaram construir um edifício de 50 andares sem um projeto. Um absurdo! Poderiam ter pego a Constituição de 46 como base para uma nova Constituição. Não fizeram isso e deu no que deu: uma confusão danada, não é?"

"Sou tão histórico no PMDB quanto os outros. Tenho plena certeza de que dei grandes contribuições a esse partido"



José Lins encarrega-se de elaborar as propostas

Emendas estão prontas, mas propostas continuam chegando

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A coordenação do Centrão já acabou de elaborar o conjunto de emendas que vai apresentar ao anteprojeto de constituição aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte, segundo informou, ontem, o deputado José Lins, encarregado da elaboração das propostas. O parlamentar disse que continuam a chegar sugestões dos integrantes do grupo, devendo ser examinadas todas as que forem recebidas até domingo.

Mas o trabalho somente será submetido aos representantes do Centrão depois dos festejos do final do ano, a partir do dia 3 de janeiro, de modo a possibilitar a coleta de assinaturas para encaminhar as emendas já no dia 5. O deputado José Lins informou também que o Centrão deverá propor emendas substitutivas aos títulos 2, 3, 7, 8 e possivelmente ao primeiro, além de mais quatro a capítulos inteiros.

No total, o Centrão pretende encaminhar cerca de 12 emendas a títulos completos e capítulos, além de três ou quatro sem o caráter de preferência automática. Mas todos os integrantes do grupo que desejarem poderão encaminhar suas emendas pessoais, cujo pedido de destaque para votação em separado necessitará do apoio de 56 constituintes, mas

a solicitação terá de ser votada e somente será aprovada pelo voto da maioria simples. Ou seja, pela maioria de 280 parlamentares presentes no plenário.

O Centrão, sempre conforme o deputado liberal, não apresentará nenhuma emenda sobre a forma de governo, o mandato do presidente José Sarney ou a estrutura de poder, questões que dividem o grupo. Por essa razão, o parlamentar aconselha aos constituintes interessados nessas questões encaminhá-las em caráter pessoal.

Ele disse que as questões que vêm despertando maior polémica no grupo são a ordem econômica, a saúde e a educação, enquanto a expectativa com relação à reforma agrária, outro tema polêmico, não se confirmou porque o tratamento dado ao assunto esvaziou a discussão, já que remete para lei ordinária os maiores problemas.

José Lins não deu importância à anunciada disposição do PTB de romper com o Centrão caso não sejam mantidos os avanços aprovados pela Comissão de Sistematização com relação aos direitos sociais. "O PTB é mais Centrão do que nós todos juntos e eles não vão fazer isso", frisou o parlamentar, explicando que vem procurando encontrar fórmulas que possam ser aceitas por todo o grupo com relação aos temas polêmicos.

Cartorários defendem concurso

Empenhados em garantir os direitos conquistados no concurso público de 1985, escreventes cartorários de todo o Estado decidiram criar a Associação dos Escreventes Concursados, como forma de pressionar os constituintes a retirar o artigo 11 das disposições transitórias do texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Esse artigo efetiva os ocupantes provisórios dos postos para os quais eles prestaram o concurso, envolvendo um universo de, aproximadamente, 400 cartorários de serventias extra-judiciais em São Paulo.

Esse grupo é composto por 40 pessoas, todas classificadas no concurso para cartórios de terceira classe, cujos resultados foram divulgados no dia 14. Mas tende a ser engrossado por classificados em concursos para outras classes de cartórios, realizados na mesma época. Além de pressionar os constituintes, os escreventes (e muitos

escrevíveis a espera de uma classificação melhor) pretendem convencer o governador Orestes Quércia a fazer a nomeação para os cargos o mais rápido possível. Como os cartórios existem a nível estadual, cabe ao governador nomear os escrevíveis, que atuam como "proprietários" dos cartórios na prática.

"Só queremos o cumprimento da lei dos concursos públicos", afirma o escrevente Francisco Antonio Chlavassa, do 3º Cartório de Títulos e Documentos da Capital. Ele explica que os concursos para escrevíveis são organizados pelo Tribunal de Justiça do Estado, que envia ao governador, para nomeação, uma lista com os nomes dos três primeiros colocados. "Não é justo que, depois do concurso, o artigo 11 do texto da Sistematização efetive os escrevíveis provisórios", reclama.

Segundo Francisco, inclusive, esse artigo das disposições transi-

tórias contradiz outro do texto da Sistematização, que obriga a realização de concurso público em todos os níveis. "Essa é a forma mais democrática de se conseguir alguma coisa, respeitando a lei!", acrescenta. Conforme Francisco, as exigências para quem prestou o concurso foram bastante rígidas e incluíam prova de 25 anos de exercício do trabalho em cartórios.

"Estamos lutando por um direito adquirido", acrescenta Carlos Silveira Macedo, de Adamantina. Ambos lembram ainda que o concurso de 1985 foi realizado depois de um vácuo de dez anos, que "emperrou a carreira". Nesse período, conta Francisco, muitos escrevíveis morreram e foram substituídos provisoriamente. Só que o provisório poderá se tornar permanente, se o artigo 11 for mantido. "Por isso queremos que o governador faça logo as nomeações", explica Francisco.

Esquerda tem 70 e "faz barulho danado"

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, afirmou ontem, no Rio, que está otimista quanto à aprovação do texto do anteprojeto de Constituição elaborado pela Sistematização. Para ele, os problemas trazidos pelo Centrão não devem perdurar, porque essa coligação de parlamentares "já está sendo desfeita".

Segundo o senador fluminense, o Centrão não chega nem mesmo a ser um bloco partidário, não passando de uma concentração de parlamentares que se uniram para defender determinadas questões econômicas tratadas

na Constituição. Disse que dezenas de constituintes do Centrão já o abandonaram porque não concordam entre si sobre a duração do mandato do presidente José Sarney, outros porque são parlamentaristas, enquanto muitos de seus membros defendem o sistema presidencialista.

Na opinião de Afonso Arinos, o Centrão não sobreviverá por muito tempo porque não há concordância entre seus membros quanto a aspectos políticos fundamentais. A respeito de outros projetos de Constituição, como o do Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), disse que isso mostra a fragilidade partidária resultante do atual sistema presidencialista.

Arinos garante que Centrão está no fim

"A esquerda radical tem, no máximo, 70 constituintes. São poucos, mas fazem um barulho danado. Parecem caranguejos numa lata. É que encontram setores da imprensa que lhes dão cobertura." A afirmativa é do líder do PFL, deputado José Lourenço (BA). O parlamentar, que ontem deu expediente em seu gabinete na Câmara, mantendo contatos com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, com seus liderados e membros do Centrão, acha que "como todos os radicais, tanto de esquerda quanto os de direita são inexpressivos numericamente. As grandes decisões são tomadas pela grande maioria de centro, sem que eles influam.

Isso ocorre em todos os países do mundo".

José Lourenço lembra que nos países de quadro político definido, como a França e outros países da Europa, os partidos de esquerda radical são exatamente do tamanho dos partidos de direita radical: "O de Jean Le Pin tem 36 deputados, exatamente o mesmo número de deputados do PC de George Marchais".

"Na Assembleia Nacional Constituinte brasileira o centro é majoritário porque reflete a maioria da Nação. É o Centrão, o Centríno, o Grupo dos 32. Tudo isso é centro e está afinado nas questões fundamentais em função do interesse maior do Brasil", concluiu.